

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.586.552 - RJ (2019/0280393-8)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : MITCHELL - ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOGADOS : MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS - RJ057739
GILBERTO DA SILVA COSTA FILHO - RJ088682
PAULO LOURENÇO DIAZ - RJ102086
AGRAVADO : CMDR INCORPORAÇÕES IMOBILIARIAS SA
ADVOGADOS : GUILHERME DOMINGUES DE OLIVEIRA - RJ102499
ANDRÉ LUIZ CINTRA SANTOS - RJ102169
PAULA SALLES FONSECA DE MELLO FRANCO - RJ179640
ISAAC OLIVEIRA BARBOSA - RJ202050

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto por MITCHELL - ADVOGADOS ASSOCIADOS contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 94):

"EMENTA. AGRAVOS DE INSTRUMENTO. DEFERIMENTO PARCIAL DE TUTELA ANTECIPADA EM CARÁTER ANTECEDENTE. PROTESTO ILEGAL DE NOTA FISCAL EMITIDA UNILATERALMENTE POR SOCIEDADE DE ADVOGADOS. SUPOSTA DÍVIDA ORIUNDA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS.

Determinação de sustação de protesto de notas fiscais emitidas unilateralmente por sociedade de advogados, oriundas de contrato de prestação de serviços advocatícios firmado entre as partes. Expressa vedação contida no art. 42 do Código de Ética e Disciplina da OAB de que advogado ou sociedade de advogados emitam título de crédito de natureza mercantil, bem como que os mesmos sejam protestados, salvo exceção contida no parágrafo único do referido dispositivo.

Observância obrigatória de todos os advogados e sociedade de advogados aos preceitos e padrões de conduta consignados no Código de Ética e Disciplina. Art.

33 do Estatuto da Advocacia. Desnecessidade de prestação de contracautela para sustação de protesto. Ausência de periculum in mora reverso. Suposto crédito de honorários advocatícios que pode ser perseguido por outros meios legítimos, sendo o exercício da advocacia incompatível com a mercantilização. Agravante que não logrou demonstrar que o indeferimento do segredo de justiça poderia ensejar o comprometimento da atividade empresarial. Impossibilidade de se determinar que a parte ré se abstenha de

exercer seu direito de ação. Medida que constituiria afronta ao direito de ação, disposto no art. 5º, XXXV da Constituição Federal. Deferimento de sustação de protesto de nova nota fiscal. Desprovimento do primeiro e do segundo recurso e provimento do terceiro."

Os embargos de declaração foram rejeitados, vide acórdão às fls. 149-153.

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega violação aos arts. 489, § 1º, e 1.022, 300, *caput*, e § 3º, e 927, III, do Código de Processo Civil de 2015, ao argumento, entre outros, que: a) o acórdão estadual não se manifestou acerca do dispositivo que amparava a probabilidade do direito; b) os requisitos para a tutela de urgência não foram cumpridos; e c) o Tribunal de origem deveria ter exigido caução para sustar o protesto.

Contrarrazões às fls. 255-270.

É o relatório. Decido.

Cumpra observar que o recurso especial foi interposto contra acórdão publicado publicado já na vigência do CPC de 2015, aplicando-se ao caso o Enunciado Administrativo n.º 3 do Plenário do STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

O recurso em apreço não merece prosperar.

Inicialmente, rejeita-se a alegada violação dos arts. 489, § 1º, e 1.022 do CPC/2015, uma vez que o eg. TJ-RJ analisou os pontos essenciais ao deslinde da controvérsia, dando-lhes robusta e devida fundamentação. Com efeito, é uníssona a jurisprudência desta eg. Corte no sentido de que o magistrado não está obrigado a responder a todos os argumentos apresentados pelos litigantes, desde que aprecie a lide em sua inteireza, com suficiente fundamentação. Nesse sentido, destacam-se:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INOVAÇÃO RECURSAL. VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. LEGITIMIDADE ATIVA DO CONDOMÍNIO. DECISÃO MANTIDA.

(...)

2. Inexiste afronta ao art. 1.022 do CPC/2015 quando o acórdão recorrido analisou todas as questões pertinentes para a solução da lide, pronunciando-se, de forma clara e suficiente, sobre a

controvérsia estabelecida nos autos.

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1071467/SP, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 10/10/2017, DJe 17/10/2017 - grifou-se)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. CONTRATO DE EMPREITADA E FORNECIMENTO DE MATERIAL. MÁ EXECUÇÃO DA OBRA. DANO MATERIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO NOVO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. CONCLUSÃO ACERCA DA CULPA CONCORRENTE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ.

1. Não há falar em violação ao art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil (art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), pois o Eg. Tribunal a quo dirimiu as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha examinar uma a uma as alegações e fundamentos expendidos pelas partes. Basta ao órgão julgador que decline as razões jurídicas que embasaram a decisão, não sendo exigível que se reporte de modo específico a determinados preceitos legais. Além disso, não significa omissão quando o julgador adota outro fundamento que não aquele perquirido pela parte.

(...)

4. Agravo interno não provido."

(AgInt no AREsp 1083279/RJ, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 26/09/2017, DJe 02/10/2017 - grifou-se)

Prosseguindo nas razões do apelo especial, tem-se que, ao apontar violação ao art. 300, *caput*, do CPC/2015, a recorrente sustenta a ausência dos requisitos legais para a concessão da tutela de urgência, em especial da probabilidade do direito alegado, já que não havia dispositivo de lei federal a amparar o direito alegado.

Por sua vez, o TJ-RJ, com arrimo no acervo fático-probatório, baseou sua decisão, além do Código de Ética e Disciplina da OAB, em dispositivos constitucionais e no art. 33 da Lei n. 8.906/94. A título elucidativo, confira-se o excerto do v. acórdão estadual (fls. 99-102):

"Argumenta a ré em suas razões de recurso que eventual infração às orientações do Código de Ética e Disciplina da OAB não representa qualquer ilegalidade e que não cabe ao Poder

Judiciário a análise de quaisquer condutas praticadas de forma contrária às diretrizes éticas ali dispostas.

Equivoca-se o agravante em suas afirmações.

Estabelece o Código de Ética e Disciplina da OAB no art. 1º que “O exercício da advocacia exige conduta compatível com os preceitos deste Código, do Estatuto, do Regulamento Geral, dos Provimentos e com os demais princípios da moral individual, social e profissional.” Observa-se que se afigura impositiva a observância de todo e qualquer advogado/sociedade de advogados, no exercício da profissão, às determinações, aos princípios e regras de natureza moral contidas no Código de Ética e Disciplina da OAB.

Aliás, acerca do necessário cumprimento dos comandos do Código de Ética e Disciplina da OAB, dispõe o art. 33 da Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia), verbis:

(...)

Eventual apuração de ofensa às determinações contidas no Código de Ética e Disciplina do Advogado ensejam a responsabilização pelo Órgão competente do profissional que exerce verdadeiro múnus, não sendo demasiado rememorar que a advocacia se insere entre as funções essenciais à Justiça (art. 133 da Constituição Federal) e, portanto, deve seu exercício ser pautado em rigorosos padrões éticos.

À vista da notória relevância social do exercício da advocacia, avulta a premência na observância das normas éticas norteadoras da categoria que visam à dignidade da classe, bem como à uniformização no relacionamento com o cliente, restando deveras evidente a impossibilidade de se dispensarem, a critério do advogado, a observância das normas de conduta previstas no referido Código.

Ademais, diante da relevância da função do advogado, não paira dúvida que sua conduta não está infensa de controle pelo Poder Judiciário, pelo cliente e pela sociedade.

Ainda a respeito da profissão da advocacia, a oportuna menção do julgador de piso de que o legislador buscou reforçar a ideia de que o exercício da advocacia é incompatível com a mercantilização, conforme prevê o art. 5º do Código de Ética e Disciplina da OAB.

Colacione-se, por oportuno, julgado do Supremo Tribunal Federal, o qual ratifica e complementa as presentes razões de decidir:

(...)

agravante de atribuição de segredo de justiça.

Sustenta que constam nos autos documentos confidenciais que envolvem tratativas comerciais e a demonstração da rotina comercial da empresa, bem como outras informações que guardam em si a estratégia mercadológica da companhia.

Com efeito, não se logrou demonstrar nos autos tais alegações, sendo certo que a afirmação genérica de que a ausência de segredo de justiça poderia comprometer a atividade empresarial, desprovidas de robusta prova, não podem se sobrepor ao postulado da publicidade dos atos processuais, princípio inserido no inciso LX do artigo 5º da Constituição Federal.

Por outro giro, igualmente não merece acolhida o requerimento de que a ré se abstenha de ajuizar ação de falência, sabedor o credor, contudo, que a propositura de ação de falência em que persegue dívida questionável enseja o dever de indenização.

Como bem ressaltado na decisão agravada, determinar que a parte ré se abstenha de exercer seu direito de ação, com a eventual propositura de ação de falência, constitui afronta ao texto constitucional, o qual aborda o tema em seu art. 5º, XXXV.

Por fim, observe-se que MUDAR INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIOS S.A interpôs Agravo de Instrumento (processo nº 0065388-83.2016.8.19.0000) em face de decisão do Juízo de 1º grau, que determinou fosse aguardado o julgamento dos Agravos de Instrumento para apreciar o requerimento de novo aditamento ao pedido de tutela antecipada concedida às fls. 151/152 e 165/166, para sustação dos efeitos do protesto da Nota Fiscal nº 1476, verbis:

(...)

Uma vez assentadas as premissas jurídicas que embasam o presente julgamento, de rigor deferir-se o requerimento postulado de sustação do protesto da nota fiscal acima referida até o fim do processo.

Ante o exposto, voto por desprover os Agravos de Instrumento nº 0055613-44.2016.8.19.0000, 0055912-21.2016.8.19.0000 e por dar provimento ao Agravo de Instrumento nº 0065388-83.2016.8.19.0000, para determinar a sustação do protesto da nota fiscal nº 1476 até o fim do processo e que a Agravada informe ao Juízo a quo, em 24 horas, a existência de qualquer outro protesto que tenha sido requerido contra a agravante com respaldo no contrato de prestação de serviços advocatícios, sob pena de multa diária." (grifou-se)

Nesse cenário, o apelo nobre não merece prosperar, na medida em que a pretensão trazida posta no recurso especial depende do reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, consoante preconiza a Súmula n. 7/STJ.

Nessa linha de inteligência, destacam-se os seguintes julgados:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL

NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE TÍTULO DE CRÉDITO COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. ALEGAÇÃO DE AGIOTAGEM. SUSPENSÃO DA AÇÃO EXECUTIVA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REQUISITOS PREENCHIDOS. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

(...)

2. Em sede de recurso especial contra acórdão que nega ou concede antecipação de tutela, a análise desta Corte Superior restringe-se à análise dos dispositivos relacionados aos requisitos da tutela de urgência ficando obstando verificar-se a suposta violação de normas infraconstitucionais relacionadas ao mérito da ação principal. Precedentes.

3. A concessão ou revogação da antecipação da tutela pela instância recorrida fundamenta-se nos requisitos da verossimilhança e do receio de dano irreparável ou de difícil reparação aferidos a partir do conjunto fático-probatório constante dos autos, sendo defeso ao Superior Tribunal de Justiça o reexame dos aludidos pressupostos, em face do óbice contido na Súmula 7 do STJ.

(...)

5. Embargos de declaração não providos."

*(EDcl no AgRg no REsp 1378890/MT, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 23/11/2017 - grifou-se)*

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 1.042 DO CPC/15) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DA AGRAVANTE.

1. 'A inversão do que foi decidido pelo Tribunal de origem, com base no art. 273 do CPC, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório dos autos, providência que encontra óbice na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.'
(AgInt no AREsp 986.414/MS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 19/12/2016).

(...)

3. Primeiro agravo interno conhecido e desprovido. Segundo e terceiro não conhecidos, por violação do princípio da unirrecorribilidade e por força da preclusão consumativa."

*(AgInt no AREsp 1014024/RJ, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 17/08/2017 - grifou-se)*

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REVISIONAL DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS. MORA NÃO AFASTADA. SIMPLES PROPOSITURA DA AÇÃO. ENUNCIADO 380 DA SÚMULA DO STJ. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REQUISITOS DO ARTIGO 273 DO CPC/1973. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE. MATÉRIA DE PROVA. ENUNCIADO 7 DA SÚMULA DO STJ.

1. Esta Corte Superior entende que, para aferir a existência, ou não, dos requisitos autorizadores da antecipação de tutela, previstos no artigo 273 do CPC/1973, é necessário o reexame de provas, o que atrai a incidência do enunciado 7 da Súmula do STJ.

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt nos EDcl no AREsp 723.065/SP, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 09/06/2017)

Ademais, ainda que ultrapassada a referida Súmula, o apelo nobre encontra óbice também na Súmula n. 735 do col. Supremo Tribunal Federal, que assim dispõe, in verbis: *"Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar"*.

Nessa mesma toada, confirmam-se os seguintes julgados:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SOCIEDADE. DISSOLUÇÃO PARCIAL. DATA. DECISÃO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 7/STJ E 735/STF.

1. A jurisprudência deste STJ, à luz do disposto no enunciado da Súmula 735 do STF, entende que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito. Apenas violação direta ao dispositivo legal que disciplina o deferimento da medida autorizaria o cabimento do recurso especial, no qual não é possível decidir a respeito da interpretação dos preceitos legais que dizem respeito ao mérito da causa.

3. A verificação do preenchimento ou não dos requisitos necessários para a antecipação de tutela, no caso em apreço, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, inviável em sede de recurso especial, a teor do enunciado n° 7 da Súmula do STJ, respectivamente.

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1085584/SP, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe 14/12/2017 - grifou-se)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DOS AGRAVANTES.

(...)

3. A jurisprudência pacífica do STJ é no sentido de ser incabível, via de regra, o recurso especial que postula o reexame do deferimento ou indeferimento de medida acautelatória ou antecipatória, ante a natureza precária e provisória do juízo de mérito desenvolvido em liminar ou tutela antecipada, cuja reversão, a qualquer tempo, é possível no âmbito da jurisdição ordinária, o que configura ausência do pressuposto constitucional relativo ao esgotamento de instância, imprescindível ao trânsito da insurgência extraordinária. Aplicação analógica da Súmula 735/STF ('Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar.'). Ademais, a análise do preenchimento dos requisitos autorizadores da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional (artigo 273 do CPC/73) reclama a reapreciação do contexto fático-probatório dos autos, providência inviável em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ. Precedentes.

4. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no AREsp 849.649/ES, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 25/10/2017 - grifou-se)

Aduzindo violação ao art. 300, §3º, e 927, III, do CPC/2015, a recorrente defende que a sustação do protesto depende da respectiva caução. O TJ-RJ afastou a necessidade de caução, tendo em vista a ilegalidade do protesto efetuado. Confira-se excerto do v. acórdão estadual (fl. 99):

"Em corolário, à vista da ilegalidade do protesto, cai por terra o alegado pela Sociedade de Advogados agravante de que para a sustação do protesto haveria exigência de prestação de contracautela, mormente à míngua de periculum in mora reverso, eis que o suposto crédito pode ser cobrado por outros meios legítimos que não o lançado."

Nessa esteira, alterar a premissa fixada pelo Tribunal de origem, no tocante à

Superior Tribunal de Justiça

ausência de necessidade de prestação de contracautela, ensejaria o revolvimento do suporte fático-probatório, o que é inviável em sede de recurso especial, conforme dispõe a Súmula n. 7/STJ.

Com essas considerações, conclui-se que o apelo não merece prosperar.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator